



ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional

CRIVELLI, Renato
Graduando pela Universidade Estadual Paulista
Bolsista FAPESP
renatocrivelli@yahoo.com.br

MADIO, Telma C. de Carvalho
Professora do Departamento de Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista
telmaccarvalho@marilia.unesp.br

Resumo:

Este projeto vem mostrar as funções da memória coletiva para a sociedade em geral e as contribuições que podem ser dadas a ela através da memória individual. A memória pertencente a alguma instituição, no sentido mais amplo da palavra, é responsável por manter as características deste povo a partir de sua história, do conhecimento, por parte dos integrantes, de acontecimentos importantes que marcaram a trajetória deste grupo. Nestes momentos marcantes, além do que é conhecido pela população em geral, existe também uma versão que não é conhecida nem contextualizada nos andares da história, se trata da visão dos participantes destes fatos. Estes que presenciaram os acontecimentos guardam consigo uma visão particular, que pode diferir do que é conhecido pelo restante do grupo. Vamos mostrar como pode ser explorada esta visão a partir de estudos em fontes que guardam a memória destes indivíduos. Trazendo para a realidade arquivística, tendo o arquivo como principal fonte de pesquisa para historiadores e pesquisadores, mostraremos o arquivo pessoal como preservador dessa memória individual, a partir da documentação produzida pelo titular, sendo como a materialização de seus pensamentos e idéias. A partir desta visão, trataremos o arquivo pessoal, a representação documental deste cidadão, como uma fonte que poderia auxiliar as pesquisa de reconstrução da memória de um determinado grupo do qual o titular era integrante. Estas novas visões podem trazer grandes contribuições para estes estudos de épocas.

Palavras-chaves: arquivos pessoais, memória individual, memória coletiva, arquivologia.



INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto da dicotomia memória individual/coletiva, queremos mostrar nessa pesquisa a possibilidade de uma união entre estes dois universos em prol das pesquisas historiográficas. Considerando a atividade intensa dentro de uma instituição, com todos os acontecimentos de grande importância e relevância, é possível acreditar que, cada pessoa envolvida nessa instituição tem uma visão diferente de tais acontecimentos. Seria possível nesses arquivos pessoais encontrar alguma documentação de relevância para a reconstrução da memória dessa instituição, ou mais, a criação de uma nova visão da memória desta instituição, a partir de fatos dispostos nesses acervos de pessoas?

Em um arquivo pessoal é possível encontrar “Laços, fios e nós entre os indivíduos (...), formando tecidos, malhas, redes, história de encontros, de desencontros, de proximidades, de distâncias perceptíveis (...)”(CUNHA, 2007) que possibilitam reforçar ou, até mesmo, mostrar um outro lado da memória de instituições.

Sendo o arquivo pessoal um conjunto de documentos referente a uma pessoa particular, neste seu conjunto estão documentos referentes a toda sua vida, todos os atos realizados ou presenciados pela pessoa estão documentados neste seu acervo, por considerarmos que o titular, como uma pessoa crítica, vai ter uma visão própria dos fatos presenciados que podem, muitas vezes, não condizer com o conhecimento coletivo do acontecimento. Por diversas formas isso pode ocorrer, o fato pode dizer respeito a ele e ter sido transmitido de alguma forma errônea ou, caso não seja ele o único participante do fato, sua versão talvez tenha sido menosprezada ou, até mesmo, omitida por motivos diversos.

Apontamos como problema deste projeto a falta de importância dada aos acervos de pessoas tanto pelos historiadores quanto pelos arquivistas. A sua função de preservador da memória de acontecimentos e épocas é pouco difundida no mundo dos pesquisadores, e a possibilidade de sua união com outros fundos com o objetivo de elaborar uma pesquisa completa e abrangente é praticamente inexistente.

Sendo assim, a proposição desta pesquisa é analisar a literatura da área e fazer um levantamento sobre os conceitos de arquivos pessoais e sua função de auxílio na pesquisa histórica, sua função de preservação da memória e a possibilidade de sua interface com uma documentação institucional no objetivo de inserir informações valiosas à memória coletiva.



É importante dizer que cabe aos arquivistas, mostrar a relevância de tal acervo para que pesquisadores e estudiosos da história possam, a partir deles, salientar uma nova visão de fatos conhecidos coletivamente, podendo agregar valores antes desconhecidos pela sociedade.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Ao tentarmos lembrar de algo que nos aconteceu, a primeira fonte que buscamos somos nós mesmos, nossa própria memória que guarda boa parte de nossas experiências de vida e de acontecimentos em que estivemos presentes ou não. São as nossas lembranças que tomamos por base para elaborarmos uma reconstrução do passado por nós vivenciado, pois, podemos ver “a memória, como propriedade de conservar certas informações, [...] atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.(LE GOFF, 1994, p.423)

Esta busca pelos acontecimentos passados é muito freqüente em qualquer pessoa, todos necessitam destas lembranças sob a constante pressão de se firmar como um ser social. Sendo a memória individual um conjunto de lembranças acontecidas no decorrer da vida de um indivíduo, pode ela também ser considerada como o elemento principal para a definição de identidade para qualquer indivíduo. Segundo Pollak existe uma ligação muito estreita entre memória e o sentimento de identidade:

“[...] que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (1992, p. 5)

Estes elementos ressaltados pelo autor mostram a importância da memória na construção da identidade dos indivíduos, identidade esta que, nada mais é que a organização das ações de uma pessoa no decorrer de suas relações sociais, armazenadas sob seu conhecimento, ordenadas da forma que determina que seja expressa perante outros indivíduos, ou seja, seleciona os acontecimentos que deseja expor à sociedade de forma que, outros membros do grupo social a que faz parte, construam uma imagem por ele escolhida, por ele determinada. A somatória dos atos e feitos de alguém, aos olhos dos outros, acabam por se



tornar a sua identidade, sua marca, seus costumes. “Memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”.(POLLAK,1992,p.5)

Para Halbwachs (1990, p. 40) por mais individual que a memória seja, ela nunca é somente de uma pessoa, nenhuma memória é individual a ponto de não existir uma outra pessoa que tenha participado do acontecimento ou que ao menos saiba do ocorrido. Com esta afirmação, abrimos um novo campo nos estudos, uma nova alternativa para a reconstrução de acontecimentos passados e sustentação da memória, vemos agora a nossa memória individual com a possibilidade de ser sustentada com a ajuda de agentes externos: o coletivo.

Nossa vida é baseada em fatos ocorridos durante a socialização com o meio em que vivemos, ou seja, em meio ao grupo do qual fazemos parte e da interação com os outros integrantes do mesmo grupo. Certamente tivemos experiências comuns com os integrantes desse grupo, de forma que deixou marcas na memória destes também. Isso pode ser visto como uma forma de ampliar a visão do passado, de cada um e do grupo:

“Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias”.
(HALBWACHS, 1990, p.25)

A partir do momento em que falamos de lembranças que também pertencem aos outros, lembranças que também fazem parte da vida de um grupo, por menor que seja, estamos tratando da memória coletiva deste grupo. Neste ponto, não vemos mais os indivíduos avulsos, e sim como um coletivo, numa visão geral.

Não diferentes das memórias individuais, as coletivas tratam também da junção de acontecimentos ao longo da existência do grupo que, mantendo uma organização mínima, formam a identidade deste coletivo. Cabe ressaltar que ao citarmos a palavra “grupo”, nos referimos a todo tipo de sociedade que exige a adequação de seus integrantes às características e critérios pré-definidos por este grupo. Desde que nascemos estamos inseridos em grupos específicos, a começar pela família, que se trata do principal grupo de relacionamento coletivo. A partir daí, vamos ingressando nos mais diversos grupos sociais que cruzam nossos caminhos e nossos interesses.

Um indivíduo está sempre inserido num meio social, portanto, “toda lembrança, a mais pessoal que seja, está em relação com um conjunto de valores e experiências mais

amplo” (HALBWACHS, 1990, p 35), tornando assim muito difícil a definição das memórias individuais e aumentando a possibilidade do desenvolvimento das memórias coletivas a partir da constante socialização à que o indivíduo está fadado.

Desde a antiguidade a idéia da memória coletiva é sustentada pelas sociedades. Mesmo antes do surgimento da escrita, as memórias dos povos, muito bem exercitadas, dispunham da oralidade para a transmissão dos fatos passados, das identidades do coletivo. “Nestas sociedades sem escrita há especialistas em memória, homens-memória” (LE GOFF, 1994,p. 429) responsáveis pela perpetuação da história da sociedade a que pertence. Estes homens-memória, geralmente chefes de famílias tradicionais dentro esta sociedade, guardam consigo a história de todo um povo, memórias que já lhes foram passadas por antigos homens-memória, e foram passando de geração em geração.

Contudo, “é necessário sublinhar que, contrariamente ao que em geral se crê, a memória transmitida pela aprendizagem nas sociedades sem escrita não é uma memória ‘palavra por palavra’” (LE GOFF, 1994,p. 429). Entendemos com esta afirmação de Jacques Le Goff que, por mais concisa que seja a transmissão da memória, ela ainda é falha no sentido de que a memória humana não é capacitada para armazenar toda a informação recebida ao longo de toda a vida. “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.” (POLLAK, 1992,p. 4)

Seguindo o pensamento de Pollak, continuamos com a afirmação do mesmo de que “a memória é um fenômeno construído”.Esta construção da memória coletiva é feita com o auxílio de todos os envolvidos com os fatos a serem recontados, a partir do momento em que a memória não se sustenta sozinha, pois, o ato de reconstrução “se passa como se confrontássemos vários depoimentos” (HALBWACHS, 1990, p.25)

Este confronto entre diferentes depoimentos tem uma importante função perante as sociedades. A partir dele pode-se elaborar uma memória social com seu problema de reconstrução solucionado, “o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização”.(POLLAK, 1989, p.7)

Tocamos agora um ponto delicado na contextualização da memória, tanto coletiva quanto a individual: sua credibilidade e sua organização.

Estes dois critérios são importantes para a aceitabilidade da memória e, é necessário, que esta se mantenha minimamente enquadrada no quesito tempo/espço. A partir deste momento, em que a memória já se posicionou em seu lugar, e em seu tempo de acontecimento, para que se mantenha a organização que conduza a credibilidade é questão de entendimento e interpretação no momento de seus estudos e reconstruções. É necessário que



a memória seja organizada “para manter a coesão do grupo e das instituições que compõem uma sociedade” (POLLAK, 1989, p.7) Caso a memória não mantenha uma organização mínima, relacionada a sua adequação entre tempo e espaço, não haverá qualquer tipo de credibilidade perante a sociedade em si.

Porém, a memória humana muitas vezes não comporta tantos dados específicos, tais como datas corretas e locais exatos. Portanto, em certos momentos devemos recorrer a algum tipo de auxílio material que evite o esquecimento dos fatos e que possa, também, nos servir de guarda dessa memória. É necessário que o material, antes armazenado na memória das pessoas fique de alguma forma armazenado em algum local de confiança, com a responsabilidade de preservar estes dados, conservados de forma material, evitando o esquecimento e servindo de apoio no para a reconstrução dos acontecimentos.

Atualmente, a função de reconstruir a história a partir da memória dos povos é designada ao pesquisador ou ao historiador, mais especificamente. No momento da reconstrução dessa memória é necessário que se tenha em mente as fontes a serem pesquisadas. Muitos são os lugares em que o pesquisador pode encontrar material à pesquisa, porém, “arquivos públicos e/ou privados constituem a espinha dorsal de todo o manancial de matéria-prima da pesquisa histórica”.(BELLOTTO, 2004,p. 265)

Não podemos em momento algum desqualificar o arquivo como uma fonte de pesquisa valiosa, por que, com o fim de seus atributos administrativos ao qual foi criado, seu destino é a função histórica. ”Após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de ‘arsenal da administração’ para a de ‘celeiro da história” (BELLOTTO, 2004,p. 23).

Ao observarmos os estudos de T.R. Schellenberg (2004), entendemos as funções dos arquivos, após o cumprimento de suas obrigações administrativas jurídicas, como um local de guarda dos fatos ocorridos e que foram documentados, lá está a sua representação de forma material. Os arquivos “são preservados para uso de outros além de seus próprios criadores” e ainda “depende da possibilidade de provar a continuidade de uma linha imaculada de custódias responsáveis”.(2004 p. 38-39)

Propomos levantar aqui as questões referentes aos arquivos pessoais como uma forma de materialização da memória individual. Podemos pensar da seguinte forma: dentro de qualquer organização, por menor que seja, todas as atividades realizadas em seu interior necessitam que se documente, para que, estes atos possam ser comprovados; na vida de uma pessoa física não é muito diferente. Mesmo que esta “documentalização” dos acontecimentos



da vida de um indivíduo não seja com o fim de se provar algo perante superiores ou entidades responsáveis, ela acontece seja por costume, por prazer, ou por necessidade de não esquecer.

“[...] existem poucos acontecimento que não deixam ao menos um vestígio escrito. Quase tudo, em algum momento passa por um pedaço de papel, uma folha de bloco, uma página de agenda, ou não importa que outro suporte ocasional sobre o qual vem se inscrever, numa velocidade variável e segundo técnicas diferentes, de acordo com o lugar, a hora, o humor, um dos diversos elementos que compõem a vida de todo dia” (PEREC apud ARTIÈRE, 1998 p. 09-10)

Como podemos ver, poucos são, realmente, momentos em que não estejamos registrando alguma coisa, seja ela qual for. Qualquer pensamento que temos e achamos interessantes, procuramos não esquece-los. Em todas nossas atividades do dia-a-dia, de uma forma ou de outra, acabamos por produzir algum documento, alguma anotação, por mais rascunhada que seja, que guarde consigo uma informação que revela a personalidade da pessoa, seus pensamentos e idéias.

Percebemos agora que um arquivo pessoal é realmente vasto. Trata-se de um lugar onde não existe uma padronização de seu conteúdo documental¹, uma seqüência de produção, como em arquivos públicos administrativos. O arquivo privado, por essa sua característica de despadronização do seu conteúdo, é criticado por autores que não concordam com o tratamento de arquivos de pessoas dentro de instituições arquivísticas por se tratarem de coleções, ao invés de arquivos enquanto fundos. Esta visão é derivada da arquivística clássica, onde vê os arquivistas como meros organizadores de informação produzida por órgãos públicos, servindo sempre de forma neutra e imparcial ao governo. Temos nessa visão, como principal defensor, o inglês Hilary Jenkinson que acredita na expurgação dos documentos pessoais de dentro dos arquivos. Ele diz (apud COOK, 1998,p. 132):

“os arquivos pessoais são apresentados como mais artificiais, antinaturais, arbitrários, parciais, algo realmente mais próximo de um material de biblioteca, publicado, como as autobiografias e as memórias, do que de documentos de arquivos oficiais e públicos.”

¹ Podemos entender como conteúdo documental tanto o real conteúdo do acervo, enquanto material, como seus conteúdos diplomáticos, referentes à informação e a sua formatação intrínseca e extrínseca.



O próprio Cook, em comentário às idéias de Jenkinson, diz “os arquivistas que trabalham com os arquivos pessoais são vistos como mais próximos dos bibliotecários, documentalistas e historiadores do que do clássico encarregado dos registros públicos jenkinsonianos”.(1998, p. 132)

O pensamento de Jenkinson transformou por completo os arquivos privados em simples coleções sem valor arquivístico, usando como argumentação à teoria da proveniência, que garante como documentos de arquivo os produzidos ou recebidos por uma mesma entidade. Ele enfatiza ainda mais colocando a impossibilidade de manter-se coleções em arquivos “Os arquivos não são colecionados. Quem dera que a palavra coleção fosse banida do vocabulário do arquivista, ao menos para afirmar esse fato”.(JENKINSON apud SCHELLENBERG, 2004,p. 45)

Por outro lado, é preciso ver que dentro de um arquivo pessoal não vamos encontrar uma documentação desconexa, meramente colecionada, onde não existe ligação de proveniência, com o indivíduo, e de ordem original, entre si.

A vida de um indivíduo, tal como a de uma organização pública, tem atividades que geram documentação de validade jurídica e que devem ser guardados para fins administrativos de sua relação com o poder público. Segundo Schellenberg:

“Toda vez que os documentos escritos, embora classificados como manuscritos históricos, forem criados em consequência de uma atividade organizada – como por exemplo os de uma igreja, de uma firma ou mesmo de um indivíduo – poderão ser considerados arquivos.” (2004, p. 44-45)

Sendo os arquivos privados, portanto, considerados coleções, antes de ser afirmado, é necessário que se saiba o que realmente é coleção na visão arquivística: o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) define coleção como “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (idem, p. 52). Como contraponto de coleção, podemos dizer que o documento de arquivo, segundo a teoria arquivística, pode ser inserido somente dentro de fundos. O mesmo Dicionário traz a seguinte inscrição a respeito de Fundo: “conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Ver também *Arquivo*” (ibidem, p. 97).Seguindo suas instruções e buscando o significado do termo *arquivo*, encontramos a seguinte definição: “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa



ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ibidem, p. 27).

Analisando, portanto, as definições passadas pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, podemos observar que os arquivos pessoais fazem sim parte de um fundo e estão inseridos na definição de arquivo.

Os documentos guardados em um arquivo são sempre produzidos ou recebidos por uma organização de forma que venha a contribuir para fins administrativos e burocráticos. Nos documentos privados, não podemos dizer que seja diferente. A sociedade é condicionada à produção de documentação para que cumpramos com nossos deveres cívicos, para que tenhamos direitos enquanto cidadãos, para cumprirmos nossas atividades particulares. Além de produzirmos essa documentação, é necessário que a mantenhamos guardadas e em ordem, para provarmos nossos atos, “o dever de arquivar nossas vidas é onipresente na nossa sociedade”.(ARTIÈRES, 1998, p. 18)

Este dever que temos em arquivar nossas vidas é julgado como necessidade para o produtor das atividades e da documentação, a necessidade de provar seus atos com documentos; e de utilidade para futuros interesses, enquanto preservadores de suas memórias. Acontecimentos particulares podem sim ser de interesse para a sociedade em geral, existe ainda uma “pressão social, ou mais exatamente, o interesse coletivo” em acontecimentos particulares, como diz Philippe Artières (1998), exemplificando com casos de cientistas que buscavam, através de acontecimentos da vida particular, exemplificar e descobrir as causas da proliferação de doenças infecciosas na sociedade. Ainda ele diz que “a autobiografia responde não mais a uma injunção de ordem científica, mas a uma demanda coletiva que emana da comunidade de pertencimento [do indivíduo]”.(idem, p. 17)

Além de contribuições que interfiram diretamente no cotidiano da sociedade, como esta pesquisa sobre doenças, é possível também tomar parte dos arquivos pessoais no tocante a reconstruções de acontecimentos, onde os presentes deixaram, de alguma forma, elementos que auxiliem a visualização de épocas e momentos marcantes para uma sociedade em especial.

Seguindo o pensamento de reconstrução, podemos agora fazer uma ligação entre essa documentação e a memória a que serve. Seria a partir desses fatos documentados por pessoas e esmiuçados pelos historiadores que a sociedade toma conhecimento dos fatos de importância, seja qual for o fim da pesquisa, trazendo à ela a oportunidade de se valer deste conhecimento transmitido por ex-participantes para determinar seus atos e justificá-los da melhor forma. Como diz Lowenthal, “toda consciência atual se funda em percepções e



atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou já os experimentamos”. (1998,p. 64)

Os arquivos têm também esta possibilidade nas pesquisas voltadas à sociedade, porém, este enfoque deve ser dado no momento da reconstrução, este lado deve ser mostrado. Os acervos pessoais estão:

“ancorados na memória individual, esta é dada a ver pela linguagem e cabe, ao historiador, enraizá-la/problematizá-la no rol das experiências sociais, para que cada memória pessoal possa ser vista e estudada como uma perspectiva da memória coletiva.” (CUNHA, 2007,p. 4).

Apesar de não ser do conhecimento de todos, os arquivos pessoais devem ser prestados à pesquisa tanto quanto os de instituições do governo:

“Não há dúvidas da importância que têm os arquivos que guardam a memória institucional ou do poder, habituais espaços do historiador, mas tampouco deve-se duvidar da utilidade que oferecem as escrituras das pessoas comuns. Através delas, abre-se a possibilidade de (re)conhecer outras maneiras de viver e de narrar o vivido. Com elas, enfim, devolvemos uma certa visibilidade a muitos protagonistas anônimos do acontecer coletivo.”(CASTILO GÓMEZ, 2000,p. 9).

Tentamos mostrar nestas páginas a posição dos arquivos pessoais como uma versão dos fatos sociais e históricos ligados entre si de modo que, quando analisados, nos mostram uma realidade que deve sim ser confrontada com as histórias oficiais em busca de um novo ”entender” de fatos acontecidos e narrados.

JUSTIFICATIVA

A justificativa para a execução deste projeto deriva da necessidade, de toda(s) a(s) sociedade(s), de conhecimento de seu passado. O reconhecimento de fatos acontecidos é algo necessário para que qualquer comunidade possa explicar suas atitudes atuais, ou seja, dizemos que as atualidades nada mais são do que um reflexo do passado deste indivíduo ou coletivo. Com o conhecimento de épocas passadas é possível descobrir respostas para problemas



sociais, econômicos, políticos, etc. que afligem a sociedade contemporânea. Do mesmo modo, torna-se possível, também, encontrar uma solução para tais situações.

O conhecimento, para que atinja esses objetivos, necessita de abrangência e amplidão em suas explorações e justificamos que isso pode ser encontrado em arquivos de pessoas que presenciaram fatos importantes da história e tem fatos novos a serem contados. Estes arquivos podem ser vistos como uma janela para o passado, onde o arquivista, enquanto preservador e organizador e disseminador de informação histórica, organiza todo o conteúdo deste acervo de modo a facilitar as pesquisas de historiadores empenhados em mostrar estas versões, estas faces da história, que podem ser de importância desconhecida.

Na história, por mais comum que seja sempre existem pontos que não se explicam, ou lacunas em sua continuidade que implicam em complicações quanto ao entendimento total de um fato. Para cobrirmos estes espaços incompletos, temos de buscar respostas com quem presenciou os acontecimentos e, cabe ao historiador interpretar estas memórias multifacetadas, trazendo visões que contribuam com o conhecimento coletivo do passado comum.

OBJETIVOS

Temos, portanto, como objetivo geral dessa pesquisa mostrar se há a possibilidade de unificar dois fundos de diferentes origens, um de memória individual e outro de memória coletiva.

Consideramos como objetivos específicos desta pesquisa, buscar na literatura da área conceitos de arquivos pessoais, suas definições e valores, somando-os aos estudos na área de memória institucional, buscando uma forma de enlacá-los a fim de expor a possibilidade de sua união, com o intuito de disseminação da informação e a abrangência de visões a tal ponto de possibilitar uma pesquisa com resultados que mostrem, até certo ponto, a expansão da memória coletiva.

Material e métodos

O estudo será feito com a coleta de material teórico, exposto pelos principais teóricos da área em suas literaturas voltadas para os temas de Arquivologia e Memória. Todo o material de uso desta pesquisa será a teoria apresentada na literatura da área.



Será feita uma busca aprofundada da bibliografia relacionada, buscando apoio teórico nos escritores que tratam do tema aqui proposto, tais como Walter Benjamin, Jacques Le Goff, Ecléa Bosi, Terry Cook, David Lowenthal, Maurice Halbwachs, Michael Pollak, T. R. Schelleberg, Heloísa Bellotto, entre outros.

Forma de análise dos resultados

A partir do material coletado no levantamento bibliográfico acima relacionado, faremos uma discussão teórica entre os autores propostos em busca de definições que sustentem as proposições feitas para este projeto. Esta discussão será feita após a análise de todos os conceitos obtidos na bibliografia, relacionados com os temas propostos, juntando-os e construindo uma conclusão que mostre a relação entre eles.



ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

REFERÊNCIAS:

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 09-34.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTILO GÓMEZ, António. **Un archipiélago desconocido. Archivos y escrituras de la gente común**. Boletín ACAL (Asociación de Archiveros de Castilla y León. Nº 38/2000.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 129-149.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú aos arquivos: escritas de si, escritas do outro. In: **Patrimônio e memória**, Assis: CEDAP, UNESP, V.3, n.1, 2007

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Editora Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Historia e Memória**. Campinas: editora UNICAMP, 1994.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Proj. história, São Paulo, (17), nov 1998. p. 63-181

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, 1989, p.03-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VIDAL, Laurent. Acervos pessoais e memória coletiva- alguns elementos de reflexão. In: **Patrimônio e memória**, Assis: CEDAP, UNESP, V.3, n.1, 2007